

minado. b) **Ofício Nº 5.860/88** - Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná - Relator: Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - Assunto: Transferência de Preso - **VOTO:** pelo encaminhamento de expediente à Corregedoria, informando que não houve sentido de especificação quanto ao Ofício-Circulante-CNPCCP-Nº 138/88, tendo em vista que a resolução foi uma medida de ordem geral, em atenção ao que constava do Relatório da DIC-SEJUSP, o qual deverá seguir encartado ao expediente a ser encaminhado àquela Corregedoria de Justiça - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime. c) **Reunião descentralizada em Macapá e Caiena** - pelo Presidente em exercício, foi atribuída ao Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, a incumbência de manter contato com o Secretário da SEJUSP/MJ, no sentido de ultimar as providências pertinentes à consecução da realização das aludidas reuniões descentralizadas; d) **Decreto nº 851063/85** - Assunto: Convenção do Conselho da Europa sobre transferência de condenados - Relator: Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA - **Informação:** por iniciativa do Relator foi informado ao CNPCCP que deixava de apresentar a matéria, tendo em vista que se encontra aguardando documentação que encareceu ao aludido Órgão Internacional, encaminhar-lhe; e) **Revista de Política Criminal e Penitenciária** - Relator: Doutor ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA - Secretário da SEJUSP/MJ; pelo Relator foi apresentado ao Conselho, para as devidas apreciações, o projeto da nova revista do CNPCCP. **Decisão:** pela aprovação unânime e inclusão, na capa, de dois subtítulos: a) as prisões do norte; e b) Lei de Execução Penal. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

RUY DA COSTA ANTUNES
Presidente em exercício

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 146ª REUNIÃO (29.11.88) TARDE

Às 15:00 do dia vinte e nove de novembro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala 308, do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** Doutor EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS e RENÉ ARIEL DOTTI. **Convidado:** Doutor GEORGE TAVARES - Presidente do Conselho Penitenciário/RJ e membro do CEPCC daquela localidade. Pelo Presidente foi comunicado aos Conselheiros que havia solicitado ao Senhor Ministro, pedido de dispensa das funções de Presidente do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Face à colocação em apreço, os Conselheiros ELOAR GUAZELLI e ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, em nome dos demais integrantes do Colegiado, ponderaram ao Conselheiro Presidente no sentido de que permanecesse em suas funções, tendo em vista o avanço e o alto espírito público que tem norteado os trabalhos do Conselho desde que assumiu o cargo. Embora sensibilizado com o apelo dos Conselheiros, o Presidente manteve a sua posição inicial, e, àquela oportunidade, agradeceu a colaboração de todos, bem como a manifestação ora mencionada. Em decorrência, na forma regimental, estava transferindo a Presidência do Órgão ao Conselheiro RUY DA COSTA ANTUNES que a seguir delegou tal atribuição ao Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, de acordo com o disposto no § 2º do Art. 3º do Regimento Interno. **I- Processos e expedientes relatados:** a) Conselheiro ELOAR GUAZELLI - a.1) Ofício nº 564/88 - Assunto: Programação penitenciária para o Estado de Goiás - **VOTO:** pela aprovação, com louvor - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime e remessa de expediente ao interessado, informando-se o teor do voto; b) Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - Assunto: b.1) Indulto Natalino-1988 - **VOTO:** transcreve-se na íntegra, a seguir, o anteprojeto de decreto apresentado pelo Relator: "Decreto nº de de de 1988 - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, item XII, da Constituição Federal e considerando a promulgação da nova Constituição e as comemorações do Natal: DECRETA: Art. 1º - É concedido indulto: I- aos condenados a penas privativas de liberdade não superiores a quatro (4) anos, que cumpriram com boa conduta prisional, até 25 de dezembro de 1988, no mínimo, um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes; **Parágrafo único:** Considera-se boa conduta carcerária a do apenado que, durante a execução da pena, manifestar constante empenho no trabalho e na aprendizagem escolar ou profissional e seu comportamento social e nas atividades realizadas no estabelecimento, atestados pela Comissão Técnica de Classificação, órgão similar ou diretor do estabelecimento penal. II- aos condenados a penas superiores a quatro (4) anos que tenham, até 25 de dezembro de 1988, completado sessenta e cinco (65) anos de idade, se homem, e sessenta (60), se mulher, ou sejam, mãe de filhos menores de quatorze (14) anos, desde que, nas três hipóteses, hajam cumprido um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes; III- aos condenados em fase terminal de qualquer doença grave ou de moléstia incurável e contagiosa, assim diagnosticada por laudo médico oficial. Art. 2º - Os apenados condenados a penas superiores a quatro anos, não previstos no artigo anterior, que nos últimos cinco (5) anos houver participado, nos limites de suas possibilidades pessoais, do processo de ressocialização, quando realizado no estabelecimento em que estiver cumprindo pena, sem registrar qualquer falta grave e for considerado de exemplar conduta carcerária, terão suas penas privativas de liberdade reduzidas em um quarto (1/4) se não reincidentes e um sexto (1/6) se reincidente, desde que: a- revelar por sua conduta, condições pessoais favoráveis à permanência na comunidade, quando beneficiado por livramento condicional da pena, com observância das condições impostas e das penas restritivas de direitos; b- demonstrar condições para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto; c- evidenciar, especialmente se condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, condições pessoais que faça presumir que não tornará a delinquir. Art. 3º - Aos demais apenados, que não preencham os requisitos dos artigos anteriores, será concedida uma redução no quantum da pena privativa de liberdade de cem (100) dias, se não reincidentes e cinquenta (50) se reincidentes. **Parágrafo único:** O apenado que com a redução vier a preencher um dos requisitos dos objetivos dos artigos anteriores, não poderá arguir o presente de

creto para obtenção de nova redução da sua pena privativa de liberdade. Art. 4º - O disposto nos artigos anteriores aplica-se ainda que a sentença esteja em grau de recurso interposto pela defesa, sem prejuízo do respectivo julgamento pela instância superior; o recurso da acusação a que se negar provimento não impedirá a concessão do benefício. Art. 5º - Este Decreto não beneficia: I- os condenados que embora solventes, hajam deixado de reparar o dano causado pela infração penal; II- os apenados por crimes: a- de prática de racismo; b- de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; c- de terrorismo. Art. 6º - Este Decreto não abrange nem afeta as penas restritivas de direitos. Art. 7º - Para efeito da aplicação do presente Decreto, somam-se as penas que correspondam a infrações diversas. Art. 8º - As autoridades que custodiarem os condenados encaminharão aos juízos de execução, até trinta (30) dias após a publicação deste Decreto, relação dos presos que satisfaçam os requisitos objetivos, prestando desde logo informações circunstanciadas sobre a vida prisional e a conduta de cada um, para os fins do art. 193 da Lei 7.910, de 11 de junho de 1984, e consequente parecer do Conselho Penitenciário. § 1º - A relação e as informações concernentes aos condenados em gozo de condicional deverão ser encaminhadas pela entidade incumbida da fiscalização do cumprimento das condições do benefício ou de observação cautelar e proteção do liberado; na falta da entidade, tais informações poderão ser supridas por outro documento idôneo. § 2º - Nos casos do inciso III do art. 1º deste Decreto, os Conselhos Penitenciários dos Estados darão preferência na distribuição e julgamento desses processos. Art. 9º - O pedido de indulto deverá ser julgado no prazo máximo de sessenta (60) dias. **Parágrafo único:** Nenhum ato referente ao procedimento de indulto deverá ser praticado no prazo superior a dez dias, sob as penas da lei. Art. 10 - Os órgãos centrais da Administração Penitenciária preencherão, até 30 de setembro de 1989, quadro de acordo com o modelo a nexo, encaminhando-o à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça. Art. 11 - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, de de 1988.

QUADRO DEMONSTRATIVO A QUE SE REFERE O ARTIGO 10 DO DECRETO

MOTIVO DETERMINANTE DA CONDENAÇÃO	BENEFICIADOS PELOS ARTIGOS									
	1º		2º		3º		4º		5º	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
CRIME CONTRA A PESSOA										
Homicídio simples privilegiado										
Infanticídio										
Lesões Corporais										
Outros										
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO										
Furto										
Estelionato										
Outros										
CRIME CONTRA OS COSTUMES										
Sedução										
Outros										
CRIME CONTRA A FÉ PÚBLICA										
Falsificação de Moedas										
Outros										
OUTROS CRIMES										
CONTRAVENÇÕES										
TOTAL										

Decisão-CNPCCP: pela aprovação do Anteprojeto, com restrição, contra o voto do Relator. Absteve-se de votar o Conselheiro Presidente, Doutor EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES. b.2) Ofícios nºs 753/88, 8849/88 e 88776/88 - Assunto: Doentes aidéticos terminais - Concessão de indulto natalino - **VOTO:** pela aprovação das solicitações - **Decisão-CNPCCP:** toman do conhecimento dos expedientes, o Egrégio Conselho deliberou pela aprovação dos respectivos teores, decorrentemente de haver tratado do assunto no Anteprojeto de Decreto de Indulto então aprovado. Votação unânime; c) Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES - c.1) Ofício S/Nº/88 de Entidades vinculadas a Direitos Humanos - Assunto: representação contra a recolhimento de menores de 18 anos em casa de custódia e tratamento em São Paulo - **VOTO:** pela conversão em diligência, oficiando-se à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo; **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime. c.2) Processo-MJ-Nº 439/88 - Assunto: Denúncia - **VOTO:** Pelo arquivamento. c.3) Ofício Nº 2252/88, do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo; Assunto: Relatório relativo ao Ano de 1987 - **VOTO:** pela aprovação do relatório - **Decisão-CNPCCP:** votação unânime, pela aprovação do parecer; c.4) Processo-MJ-Nº 3097/88 - Assunto: Telex da FUNABEM sobre a permanência de menores em estabelecimento penitenciário e restrição da responsabilidade penal para 16 anos - **VOTO:** prejudicada a primeira parte, em virtude do disposto, a respeito, na nova Constituição Federal. E, no tocante à segunda, igualmente prejudicada, por já ter sido deliberada a matéria pelo Egrégio Conselho. Pela comunicação à FUNABEM, anexando-se cópia da aludida deliberação - **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime. II- **Calendário das Reuniões do Conselho - Ano 1989** - Relator: Presidente em exercício Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI. Abaixo transcrita, segue o teor da proposta de calendário: "janeiro: dias 30 e 31; fevereiro: dias 27 e 28; março: dias 27 e 28; abril: dias 24 e 25; maio: 29 e 30; junho: 26 e 27; julho: 24 e 25; agosto: 28 e 29; setembro: 25 e 26; outubro: 30 e 31 e novembro: 20 e 21". **Decisão-CNPCCP:** pela aprovação unânime. Concluindo os trabalhos, o Presidente ratificou os dias 30 e 31 de janeiro de 1989, para a realização das próximas sessões do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária. ROGÉRIO LAURIA TUCCI Presidente em exercício (Of. nº 09/89) LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA Secretária-Executiva